

GESTÃO SOCIAL, TERREIROS DE CANDOMBLÉ E POLÍTICAS PÚBLICAS**SOCIAL MANAGEMENT, CANDOMBLÉ TERREIROS AND PUBLIC POLICIES****GESTIÓN SOCIAL, CANDOMBLÉ TERREIROS Y POLÍTICAS PÚBLICAS**

1

Marcelo Barros dos Santos

Universidade Federal da Bahia

ORCID – <https://orcid.org/0009-0009-7233-5444>

Resumo: O presente ensaio discute os diálogos entre a Gestão Social, os Terreiros de Candomblé e as Políticas Públicas no Brasil. Parte-se do pressuposto de que os terreiros são espaços de resistência, produção cultural e religiosidade afro-brasileira, historicamente marginalizados pelo Estado e pela sociedade. A Gestão Social, enquanto campo que privilegia a participação democrática, o diálogo intercultural e a construção coletiva de soluções, surge como uma lente teórico-prática potente para analisar os desafios enfrentados pelos terreiros frente às políticas públicas. O texto aborda as tensões entre laicidade, racismo religioso e invisibilização institucional, destacando experiências de articulação política e de reconhecimento de direitos culturais e territoriais. Por fim, propõe caminhos de fortalecimento dos vínculos entre a gestão pública participativa e os saberes ancestrais dos terreiros, visando a equidade e a justiça social.

Palavras-chave: Gestão Social. Candomblé. Políticas Públicas.

Abstract: This essay discusses the dialogues between Social Management, Candomblé Terreiros and Public Policies in Brazil. It is based on the assumption that the terreiros are spaces of resistance, cultural production and Afro-Brazilian religiosity, historically marginalized by the state and society. Social Management, as a field that favors democratic participation, intercultural dialogue and the collective construction of solutions, emerges as a powerful theoretical-practical lens for analyzing the challenges faced by terreiros in the face of public policies. The text addresses the tensions between secularism, religious racism and institutional invisibility, highlighting experiences of political articulation and the recognition of cultural and territorial rights. Finally, it proposes ways of strengthening the links between participatory public management and the ancestral knowledge of the terreiros, with a view to equity and social justice.

Keywords: Social Management. Candomblé. Public Policy.

Resumen: Este ensayo discute los diálogos entre Gestión Social, Terreiros de Candomblé y Políticas Públicas en Brasil. Parte del supuesto de que los terreiros son espacios de resistencia, producción cultural y religiosidad afrobrasileña, históricamente marginados por el Estado y la sociedad. La Gestión Social, como campo que favorece la participación democrática, el diálogo intercultural y la

construcción colectiva de soluciones, emerge como una poderosa lente teórico-práctica para analizar los desafíos que enfrentan los terreiros frente a las políticas públicas. El texto aborda las tensiones entre laicismo, racismo religioso e invisibilización institucional, destacando experiencias de articulación política y de reconocimiento de derechos culturales y territoriales. Finalmente, propone formas de fortalecer los vínculos entre la gestión pública participativa y los saberes ancestrales de los terreiros, con vistas a la equidad y la justicia social.

Palabras clave: Gestión Social. Candomblé. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A articulação entre Gestão Social, Terreiros de Candomblé e Políticas Públicas representa um campo fértil e urgente de reflexão. O Brasil, país marcado por profundas desigualdades sociais e por uma herança colonial racista, ainda caminha lentamente no reconhecimento das expressões culturais e religiosas afro-brasileiras como legítimas produtoras de conhecimento, cidadania e desenvolvimento. Nesse contexto, os terreiros de Candomblé resistem como guardiões de memória, espiritualidade e práticas sociais que desafiam os modelos hegemônicos de gestão e política pública.

Gestão Social: conceitos e horizontes

A Gestão Social é um campo emergente que se distingue das abordagens tradicionais de gestão por seu foco na **participação democrática**, no **interesse público** e na **autonomia dos sujeitos sociais**. Segundo Tenório (1998), ela é caracterizada por processos decisórios compartilhados, nos quais o saber técnico se articula com os saberes populares e tradicionais. Nesse sentido, a Gestão Social se afasta do gerencialismo tecnocrático para adotar uma postura dialógica, ética e transformadora.

Os princípios da Gestão Social — participação, diálogo, co-gestão, corresponsabilidade — são particularmente relevantes quando pensamos em políticas públicas voltadas para grupos historicamente excluídos, como as comunidades de terreiro. Tais princípios permitem uma construção

conjunta de soluções que respeitem a diversidade cultural, religiosa e territorial dos povos de matriz africana.

Terreiros de Candomblé como espaços de gestão comunitária

Os terreiros de Candomblé constituem uma forma peculiar e sofisticada de organização social. Mais que espaços de culto religioso, são locais de transmissão de saberes, cuidados com o corpo e com a terra, educação comunitária, redes de solidariedade e resistência política. Muitos pesquisadores reconhecem nos terreiros uma forma de “gestão comunitária ancestral”, pois envolvem liderança, rituais, divisão de tarefas, administração de recursos e planejamento das atividades, tudo sob um sistema de valores próprios.

É importante destacar que os terreiros não apenas “resistem” passivamente, mas produzem alternativas viáveis ao modelo dominante de organização social. A figura do/a babalorixá, ialorixá, pai/mãe de santo, Mam’etu/Tat’etu dya Nkisi, por exemplo, representa um tipo de liderança que combina autoridade espiritual, cuidado coletivo e articulação política. A hierarquia ritual, longe de significar autoritarismo, é baseada em princípios éticos e afetivos, com forte dimensão educativa.

Racismo religioso e a invisibilização nas políticas públicas

Apesar de sua importância cultural e social, os terreiros enfrentam sérios obstáculos para sua legitimação como sujeitos políticos nas políticas públicas. A laicidade do Estado brasileiro, muitas vezes, é interpretada de forma distorcida, servindo para excluir religiões de matriz africana do espaço público, ao invés de garantir sua proteção.

Além disso, o **racismo religioso** — expressão do racismo estrutural — se manifesta na violência simbólica e física contra os terreiros: ataques, destruições, intolerância nas redes sociais, negação de apoio estatal. Essa violência é agravada pela **invisibilidade institucional**: muitos terreiros não possuem CNPJ, não são reconhecidos como organizações sociais e, portanto, não acessam editais, programas ou verbas públicas.

A ausência de políticas públicas voltadas especificamente para os povos de terreiro escancara uma lacuna na gestão pública: a incapacidade de dialogar com formas não ocidentais de organização e espiritualidade. A superação desse cenário exige uma abordagem intercultural, interseccional e verdadeiramente participativa.

Experiências e práticas de gestão participativa com terreiros

Nos últimos anos, surgiram experiências exitosas de diálogo entre gestores públicos e comunidades de terreiro. Conselhos municipais de promoção da igualdade racial, planos de preservação do patrimônio imaterial, mapeamentos culturais participativos e ações de educação para a diversidade são alguns exemplos.

O mapeamento dos terreiros realizado em cidades como Salvador, Recife e São Luís, por exemplo, permitiu sua inclusão em programas de proteção patrimonial, educação intercultural e regularização fundiária. Essas ações, quando realizadas com escuta ativa e participação direta das lideranças religiosas, tornam-se um exemplo de Gestão Social aplicada.

Outro exemplo importante são os **Territórios de Interesse da Cultura Afro-Brasileira (TICABs)**, política pública reconhecida em alguns municípios como forma de garantir segurança territorial e cultural aos povos de terreiro, articulando saberes tradicionais e direitos constitucionais.

Propostas para uma política pública antirracista e participativa

Para consolidar uma política pública voltada aos terreiros sob a perspectiva da Gestão Social, algumas diretrizes se fazem necessárias:

1. **Reconhecimento jurídico dos terreiros** como organizações sociais de base comunitária, com acesso facilitado a editais, leis de incentivo e programas públicos.
2. **Formação de gestores públicos** com enfoque intercultural e antirracista, capazes de compreender os saberes e dinâmicas dos terreiros.
3. **Criação de espaços permanentes de participação**, como conselhos de lideranças religiosas afro-brasileiras nos três níveis de governo.
4. **Fomento à pesquisa e ao mapeamento participativo**, promovendo a visibilidade e a valorização dos patrimônios imateriais.
5. **Proteção legal e segurança territorial**, garantindo o direito à terra e à manifestação cultural e religiosa.

5

CONCLUSÃO

Os terreiros de Candomblé, enquanto territórios de memória, espiritualidade e resistência, demandam não apenas reconhecimento simbólico, mas políticas públicas efetivas, construídas com e não para essas comunidades. A Gestão Social, ao propor uma abordagem baseada na participação e no diálogo, oferece caminhos para o fortalecimento das relações entre Estado e povos tradicionais.

O desafio é romper com os paradigmas coloniais que estruturam as políticas públicas e abrir espaço para a diversidade epistêmica, ética e espiritual que os terreiros representam. O futuro da democracia brasileira passa, necessariamente, pela valorização de suas raízes afrodescendentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CANDAU, Vera Maria. Educação Intercultural: mediações e perspectivas. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERREIRA, Reginaldo Prandi. Herdeiros da fé: os filhos de santo e sua relação com os orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IPEA. Religiões e racismo: estudo sobre intolerância religiosa no Brasil. Brasília: IPEA, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7–23, 1998.

YACCOUB, José. Políticas culturais e terreiros de candomblé: reconhecimento e desafios. Salvador: EDUFBA, 2014.